

Associação ao poder: *adoptio* e hereditariedade no governo tetrárquico de Diocleciano

Association to power: adoptio and heredity in the Tetrarchy government of Diocletian

Ana Paula Franchi*

Resumo: Quando chegou ao poder por meio da aclamação militar, em 284 d.C., Diocleciano enfrentou uma delicada situação: restabelecer a ordem do mundo romano afetado desde o ano 235 d.C. por inúmeras guerras civis, ocasionadas pelas disputas em torno do poder imperial. Buscando o fim deste ciclo de instabilidade política ocasionada principalmente pelas usurpações, promoveu a reestruturação da política imperial através da partição do poder em quatro titulares. O objetivo deste artigo é analisar a Tetrarquia de governo de Diocleciano, refletindo sobre a problemática da sucessão imperial.

Abstract: When he came to power through military acclamation in 284 AD, Diocletian faced a delicate situation: to restore the order in the Roman world affected since 235 AD by numerous civil wars, caused by disputes over the imperial power. Looking for the end of this cycle of political instability caused mainly by usurpations, he promoted the restructuring of the imperial system through the partition of power in four holders. The purpose of this article is to analyze the Diocletian's Tetrarchy government reflecting on the issue of the imperial succession.

Palavras-chave:

Antiguidade Tardia;
Sucessão imperial;
Tetrarquia;
Diocleciano.

Keywords:

Late Roman Empire;
Imperial succession;
Tetrarchy;
Diocletian.

Recebido em: 02/05/2016
Aprovado em: 24/06/2016

* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás e Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná.

O debate sobre a estrutura do poder imperial no mundo romano não é novo. De uma tradição historiográfica forjada sob o conceito de imperialismo, os pesquisadores têm avançado em seus estudos na busca por compreender os elementos que possibilitam perceber o Império Romano enquanto uma unidade.¹ Ao fazer um exercício para conceituar os impérios, Maurice Duverger (2008, p. 21-25), recorda que, no interior do conjunto imperial, a organização é pautada por duas condições contrárias, embora complementares: uma unidade dentro da diversidade. É pensando nesta relação que voltamos nosso olhar para o recorte cronológico do século III d.C. e buscamos refletir sobre as condições e formulações do poder imperial. No entanto, trabalhando com esta temática e periodização, somos quase automaticamente remetidos ao debate em torno dos conceitos de crise e decadência, herdeiros da tradição historiográfica imperialista, por mais que estudos como os de Gonzalo Bravo, John Drinkwater e outros pesquisadores já tenham explorado o assunto partindo de um viés distinto.²

Não pretendemos, neste artigo, retomar a discussão sobre estes conceitos. Gonzalo Bravo (2013, p. 24-26) interpreta a questão a partir da existência de um contexto de clara instabilidade, mas que pode ter uma incidência desigual no mundo romano segundo diferentes esferas sociais, políticas e econômicas ou mesmo segundo a localidade, o que deve ser problematizado. Logo, acreditamos que um dos motivos para que este tema seja constantemente retomado possa estar relacionado ao contexto claro de instabilidade política, evidenciado pelo número significativamente alto de disputas e usurpações do poder, que levaram, conseqüentemente, à intensificação das guerras civis entre 235 e 284 d.C. Bravo reforça ainda que era a política imperial, apesar de tudo, que garantia

¹ Richard Hingley faz um compêndio interessante sobre a modificação dos estudos sobre Roma através dos tempos, a partir de adaptações às mudanças do discurso acadêmico. Assim, o autor procura trabalhar neste estudo desde a tradição historiográfica que interpreta a Roma Clássica a partir da teoria de romanização, na qual os romanos teriam sobrepujado e submetido as populações locais, até as noções de percepção do Império Romano como uma sociedade mais heterogênea, refletindo sobre o processo de integração da sociedade imperial enquanto elemento de manutenção da unidade (HINGLEY, 2010, p. 69-103).

² Gonzalo Bravo acredita que não podemos falar em uma crise geral que atingiu o Império Romano durante o século III d.C. por diversos fatores, e destaco aqui dois deles: a questão espacial – já que o Império apresentava uma diversidade regional muito grande, sendo impossível generalizar a situação – e a questão cronológica – uma vez que uma situação de crise prolongada por quase dois séculos teria como resposta uma ampla mudança estrutural em diversos setores, sociais, econômicos e políticos (BRAVO, 2013, p. 13-17). Gonçalves (2006a, p. 188-189) afirma que as inscrições epigráficas provam que o sistema político do Alto Império permaneceu estável até pelo menos o ano de 260 e que as organizações das cidades não passaram por modificações fundamentais. Assim, a documentação epigráfica e a numismática auxiliam na percepção de que os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais não afetaram todo o Império ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. John Drinkwater (2008, p. 58-61) comenta que, no intervalo cronológico de 235-285 d.C., o Império Romano sofreu com distúrbios de natureza militar, fiscal e política, mas que uma análise geral mostra que estes elementos não podem ser associados à totalidade do período. Como exemplo, aborda a questão militar, que teve seu ponto crítico a partir da combinação da pressão persa na parte oriental e germânica ao norte (especialmente a invasão Gótica). Para ele, a contínua guerra civil, precipitada e encorajada pela guerra em duas frentes, não aconteceu antes de 240 d.C., com a emergência dos godos como a grande ameaça (DRINKWATER, 2008, p. 60).

um elemento integrador ao mundo romano. Assim, nosso objetivo com este artigo é olhar para um aspecto particular do governo de Diocleciano. A partir da reestruturação imperial, através da divisão do poder em quatro titulares, retomaremos um elemento que acreditamos ser central nas relações de poder do período e que poderia se apresentar como um dos mecanismos de manutenção da unidade: a questão da sucessão imperial.

Podemos considerar, como Averil Cameron (2001), por exemplo, que o século III d.C. assinala uma linha divisória entre dois sistemas em contraposição: o Alto Império, ou Principado, no qual o imperador era considerado o *princeps* – 1º cidadão –, e o Baixo Império, ou *Dominato*, com o imperador convertido em *dominus* – senhor (CAMERON, 2001, p. 16-18). Neste processo, que tem como eixo a paulatina concentração de poder nas mãos do soberano, identificamos que a ascensão de Diocleciano ao poder por meio da aclamação militar, em 284 d.C., e a procura pela resolução dos conflitos em torno da indicação do sucessor do soberano abrem possibilidades para a reformulação da política imperial.

Eliminando seus opositores e empreendendo inúmeras medidas administrativas, Diocleciano procurou seu reconhecimento como grande restaurador da unidade imperial. Assim, trabalhando na esfera da nomeação e indicação do próximo governante, engendrou uma significativa alteração político-administrativa: a divisão do poder.³ A intenção de Diocleciano foi atuar em diversas frentes de forma simultânea, procurando minimizar o impacto das guerras fronteiriças e as ameaças de invasões ao otimizar a defesa do amplo território imperial e, da mesma forma, estabelecer uma política de sucessão do poder sólida e eficiente.

Assim sendo, primeiramente, em 286 d.C., Diocleciano procurou associar ao poder um importante general que havia se destacado em algumas campanhas militares recentes. Maximiano tornou-se então seu co-imperador. Mas alguns anos depois, em 293 d.C., a necessidade de conter novas usurpações, como a de Caráusio,⁴ e de reforçar a defesa do *limes* levou à reorganização das estruturas de poder, consolidando a Tetrarquia, fundamentada na divisão dos encargos imperiais entre dois Augustos e dois Césares. Decorridos vinte anos, ou ao falecerem os Augustos, estes seriam substituídos pelos Césares, que nomeariam seus substitutos.

³ Cabe aqui ressaltar que a divisão do poder imperial não pode ser considerada como uma novidade, já que alguns imperadores pretéritos haviam utilizado esse artifício em distintos momentos da história do mundo romano. Não obstante, é importante salientar que, em boa parte das ocasiões em que isto ocorreu, foi devido à tentativa de alguns soberanos de associar ao poder algum parente ou filho adotivo, mas nem mesmo nestas situações específicas os governantes conseguiram estabelecer uma política eficiente de partição e transmissão do poder, como foi o caso da Tetrarquia.

⁴ Caráusio se destacou como general sob os serviços de Maximiano e, devido às suas campanhas vitoriosas, acabou reivindicando o governo da Gália e da Britânia. Para maiores informações sobre este assunto, ver Arnold Hugh Martin Jones (1964, p. 27-37) e Averil Cameron (2001, p. 123-133).

Diocleciano e Maximiano foram os alicerces da primeira organização tetrárquica, reconhecidos pela titulação de Augustos e, sendo assim, nomearam como seus auxiliares imediatos Galério e Constâncio Cloro, respectivamente. Em tese, cada um dos quatro imperadores possuiria equivalente competência militar, política, legislativa e administrativa. Entretanto, estas aparentes concórdia e unidade eram condicionadas, na prática, por uma forte hierarquização, na qual os vínculos estabelecidos entre os membros da Tetrarquia seriam dependentes da fidelidade de cada César ao seu Augusto e, também, da primazia do colégio imperial exercida pelo Augusto sênior, no caso Diocleciano, que primeiro havia ascendido ao comando do Império.

As associações ao poder empreendidas por este imperador foram registradas em documentos escritos, moedas e monumentos, como o Pórfiro dos Tetrarcas (MENDES; SILVA, 2008, p. 319-324). Neste trabalho, optamos por analisar um conjunto de documentos que se insere na primeira categoria supracitada, os Panegíricos Latinos produzidos nos séculos III e IV d.C. Mas para compreender os registros relacionados à temática da transmissão do poder, julgamos ser necessária uma reflexão acerca da tipologia destes documentos para prosseguirmos na nossa análise em torno das justificativas da associação ao poder trabalhadas pelos seus autores.

As fontes documentais escritas foram, por muito tempo, o principal suporte para o estudo da Antiguidade. Era através dos documentos escritos que sobreviveram ao longo dos séculos que o historiador procurava reconstruir um passado distante. É pertinente reiterar que com o aprimoramento do conhecimento histórico, a predileção por este tipo de documento deixou de ser unívoca e a utilização dos vestígios materiais como fonte de estudos viabilizou a expansão do campo de pesquisa. Mas, longe de rejeitar estes antigos documentos, o hodierno contexto de produção histórica explora-o, revisita os textos e discursos produzidos na Antiguidade e viabiliza a compreensão da literatura latina como correspondente ao panorama sociocultural e político do Império Romano. Deste modo, compartilhando do pensamento de Zélia de Almeida Cardoso (2003, p. XII-XIII), vemos que a literatura latina apresenta características marcantes nos diferentes gêneros em que se expressa e que correspondem aos momentos distintos da própria Civilização Romana.

A reflexão acima é fundamental para o pesquisador que trabalha com documentos como os que selecionamos para este artigo. Ao estudar os Panegíricos Latinos, necessitamos compreender que tanto o contexto histórico quanto a vida do autor, e até mesmo a linguagem e estrutura utilizadas nos discursos fornecem elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento das relações de poder que culminaram na consolidação da Tetrarquia. Isto porque podemos relacioná-los às múltiplas formas com que o poder do soberano foi conformado e representado.

Nos preocupamos com esta ponderação, pois acreditamos que o estudo destes documentos também pode ser associado à discussão já apresentada nas primeiras linhas deste artigo. Pretendemos apontar que a perspectiva historiográfica da decadência do mundo romano a partir do século III d.C. influenciou o olhar sobre estas obras, uma vez que seus adeptos ponderavam que a concentração de poder nas mãos dos soberanos seria um fator que cercearia a produção de narrativas fidedignas sobre a história do povo romano (HERRERO LLORENTE, 1969, p. 19). Deste modo, muitas produções desta época acabaram sendo consideradas qualitativamente inferiores, porque o que havia prevalecido teria sido a produção de subgêneros, como biografias, epítomes e brevíários (HARTO-TRUJILLO, 2002, p. 32).

Contrapondo estas afirmações, partimos da prerrogativa de que a reelaboração do passado requer um processo de reordenação da memória. Sendo assim, o conteúdo ou a estrutura escolhidos para a organização do documento têm necessariamente relação com os anseios do período em que este foi produzido. Ou seja, precisamos ponderar que a realidade impõe limitações à narrativa, que trabalha com memórias coletivas, selecionando-as de forma pertinente (ALENCAR, 2012, p. 154), e assim perceber que a linguagem se relaciona às disputas dos diversos grupos pelo poder. Desse modo, ao analisar os contextos dos séculos III d.C., temos a possibilidade de compreender que a abundância de textos laudatórios, como os panegíricos; e resumos, como os brevíários e epítomes, não pode ser compreendida sem se considerar tais pontos. Mesmo porque estas produções não deixavam de seguir os aprendizados das escolas de formação retórica. Acima de tudo, dialogavam com os valores e demandas que caracterizavam a própria época na qual viviam os seus autores.

A descrição da trajetória política dos imperadores homenageados no caso dos panegíricos é uma das características que permite a este tipo de discurso empreender um processo de reconstrução da imagem do soberano. Nos deparamos, nos seus capítulos, com uma seleção de memórias justificadoras da ascensão ao destinatário do discurso e à política imperial empreendida pelo soberano homenageado, necessidade de primeira ordem em um contexto de intensificação das disputas imperiais.

Para termos uma dimensão do contexto em que Diocleciano implementa a Tetrarquia, é crucial observarmos os acontecimentos que antecedem este fato. Já vimos que fora uma época de instabilidade política,⁵ na qual podemos salientar a intensificação

⁵ Gonçalves (2006a, p. 185-189) trabalha com a forma rápida com que os generais ascendiam ao poder através da aclamação entre os anos de 235-284 d.C., destacando elementos que caracterizaram de forma geral o poder imperial no período. No entanto, a autora procura enfatizar que a ascensão por meio das tropas não era garantia de permanência no poder. Assim, trabalha com o conceito de propaganda, entendendo-o como um dos mecanismos para uma coesão social mínima, que auxiliaria na comunicação do soberano com seus súditos, na produção da figura do príncipe e na

das disputas pelo poder imperial. Dois excertos de breviários, um de autoria de Eutrópio, outro de Aurélio Victor, auxiliam na percepção da dinâmica desta época:

Depois deste, Maximino, por primeiro dentre o corpo militar, subiu ao Império, apenas pela vontade dos soldados, sem que interferisse nenhuma autoridade do Senado, nem ele fosse Senador. Este, feita felizmente a guerra contra os Germanos, como tivesse sido proclamado Imperador pelos soldados, abandonando depois seus soldados, foi morto por Pupieno, em Aquileia, com seu filho ainda criança, com o qual governara um triênio e poucos dias. Em seguida, houve ao mesmo tempo três Augustos (imperadores), Pupieno, Balbino e Gordiano [...].⁶

Post hunc, Maximinus, primus ex corpore militari, accessit ad imperium, voluntate militum sola, quum intercessisset nulla auctoritas Senatus, neque ipse esset Senator. Is, gesto feliciter bello adversus Germanos, quum esset appellatus Imperator a militibus, deserentibus eum suis militibus, est ocisus a Pupieno, Aquilae, cum filio adhuc puero, cum quo imperaverat trienio et paucis diebus. Postea, fuerunt simul tres Augusti, Pupienus, Balbinus et Gordianus [...] (Eutropius, *Breviarium Historiæ Romanæ*, IX, 1-2).⁷

Desde então, uma vez que os imperadores, mais empenhados em dominar os seus do que submeter os estrangeiros e pegando em armas uns sobre os outros, o estado romano tão abruptamente mergulhou num precipício, foram elevados ao Império indiscriminadamente os bons e maus, os nobres e não nobres, inclusive muitos bárbaros. Onde tudo está confuso nada segue o seu curso natural, todos consideram que é lícito, como no caos, se apoderar de cargos alheios que não são capazes de desempenhar e escandalosamente o conhecimento das boas artes foi abominavelmente corrompido. Assim, o poder da Fortuna, uma vez que alcançou a liberdade absoluta, conduz aos mortais um pernicioso capricho; esta, contida por muito tempo pela virtude, depois de quase todos cederem aos vícios, entregou o governo inclusive aos mais vis, por nascimento ou educação.

Como Caio Júlio Maximino, presidente de Trébica, foi o primeiro entre os soldados que, apesar de ser praticamente analfabeto, tomou o poder com o apoio das legiões. No entanto, os senadores também aprovaram isto, uma vez que consideraram um perigo que homens desarmados se opusessem a um armado; seu filho, que tinha o mesmo nome de seu pai, Caio Júlio Maximino, foi nomeado César.⁸

Abhinc dum dominandi suis quam subigendi externos cupientiores sunt atque inter se armantur magis, Romanum statum quasi abrupto praecipitavere, immissique in imperium promiscue boni malique, nobiles atque ignobiles, ac barbariae multi. Quippe ubi passim confusaque omnia neque suo feruntur modo, quique fas putant, uti per turbam, rapere aliena officia, quae regere nequeunt, et scientiam bonarum artium foede corrumpunt. Ita fortunae vis licentiam nacta perniciosa libidine mortales agit; quae diu quidem virtute uti muro prohibita, postquam paene omnes flagitiis subacti sunt, etiam infimis genere institutoque publica permisit.

influência social junto aos governados (GONÇALVES, 2013, p. 40-46).

⁶ A tradução para o português da obra de Eutrópio foi feita de forma livre pela autora, amparada pela edição bilingue latim-português que consta nas referências.

⁷ Texto em latim disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/eutropius.html>>. Acesso em 14/04/2016.

⁸ A tradução para o português do *Liber de Caesaribus* foi feita de forma livre pela autora, amparada pelas traduções da referida obra que constam nas referências.

Namque Gaius Iulius Maximinus, praesidens Trebellicae, primus e militaribus, litterarum fere rudis potentiam cepit suffragiis legionum. Quod tamen etiam patres, dum periculosum existimant inermes armato resistere, approbaverunt; filiusque eius pari nomine Gaius Iulius Maximinus Caesar factus est (Aurelius Victor, *Liber de Caesaribus*, 24, 9-11; 25, 1-2).⁹

Eutrópio enfatiza, na primeira passagem, que a ascensão de Maximino ao poder imperial (235-238 d.C.) estava relacionada ao desejo e fidelidade de suas tropas, à revelia das determinações do Senado, tradicionalmente o responsável por tal indicação. Por sorte, segundo o breviarista, foi abandonado pelos mesmos soldados que o haviam apoiado anteriormente, e morto em seguida. Postura análoga nos apresenta Aurélio Vítor em seu *Liber Caesaribus*: critica a ascensão por meio da aclamação militar e dispõe sobre a legitimidade da tomada do poder por generais vitoriosos. Percebemos, a partir da leitura de ambos os autores, que a questão da nomeação do soberano ou as incertezas relacionadas à sucessão imperial eram preocupações constantes. Estas incertezas poderiam contribuir para os momentos de instabilidade, ou mesmo para as guerras civis (VEYNE, 2009, p. 2), fato claramente perceptível na narrativa de Aurélio Vítor acima evidenciada: “[...] mais empenhados em dominar os seus do que submeter aos estrangeiros e pegando em armas uns sobre os outros [...]”. Entendemos que esta instabilidade acontecia, pois, segundo Gonçalves (2006b, p. 3), as crises sucessórias poderiam conduzir a situações que colocariam em risco a manutenção do equilíbrio social, político e econômico no Império Romano, uma vez que gerariam incertezas referentes às possíveis mudanças nas estruturas e regras sociais.

Como não havia, entretanto, uma regra de sucessão automática ao poder, disto decorreram muitos dos conflitos que precederam o governo de Diocleciano. Em todo caso, alguns mecanismos foram utilizados tradicionalmente ao longo dos anos para orientar a transmissão da púrpura imperial:

1) a associação, na qual o príncipe reinante conferia a seu escolhido títulos e cargos que lhe garantiam uma proeminência moral, militar e política perante outros candidatos ao cargo imperial; 2) a adoção, forma pela qual o governante estabelecia com o seu sucessor um vínculo de parentesco baseado nas antigas tradições romanas, por meio das quais o direito, no que concernia à filiação, tomava mais em consideração o laço religioso do que o de nascimento; 3) a hereditariedade, princípio que nem sempre era proclamado de forma oficial, visto que não agradava à aristocracia romana, pois vinculava o poder a uma só família, impedindo a ascensão de outros expoentes senatoriais ao comando imperial (GONÇALVES, 2006b, p. 4).

⁹ Texto em latim disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/victor.caes.html>>. Acesso em: 14/04/2016.

Estes elementos – associação, adoção, hereditariedade – não eram utilizados com base em uma regra ou ordenação. O conflito entre a escolha do sucessor pela eleição do melhor homem ou pelo vínculo familiar, por exemplo, se fez presente em distintos momentos da história do Império Romano. Percebemos, em geral, que as documentações apresentam referências às três formas de transmissão do poder descritas acima. No entanto, não é possível identificar a existência de um padrão de continuidade, de utilização de apenas um deles ou mesmo estabelecer uma predominância ou privilégio. Aqueles que legitimavam sua escolha pela adoção ou associação enfatizavam seu vínculo com a tradição romana, mas de fato muitas vezes a adoção do sucessor era praticada no âmbito da família do próprio imperador. Este hábito conduziria a designação do soberano para o vínculo dinástico da transmissão do poder.

O princípio da adoção de um sucessor pelo imperador era uma prática que poderia evitar, ou pelo menos pretendia evitar, a eclosão dos conflitos decorrentes da transmissão do poder. Ainda em vida, o soberano escolhia aquele que considerava mais apto para substituí-lo. Nesse modelo, era possível educar e orientar aquele que já apresentava as melhores virtudes e a melhor competência para exercer o comando do Império. Essa prática era bem vista pelo Senado, que contemplava a oportunidade da manutenção de sua participação na política imperial, ao contrário da sucessão hereditária que, ao configurar a constituição de dinastias, representava a transição política para um modelo de administração de caráter cada vez mais pessoal, característica do sistema político-ideológico do *Dominato*.

Todas essas motivações fizeram com que as contínuas disputas imperiais fossem sempre associadas ao constante processo de legitimação no poder por parte dos imperadores recém-aclamados pelos legionários ou recém-nomeados pelo Senado. Os documentos textuais a que tivemos acesso, em sua maioria, fazem referência àqueles que conseguiram vencer as disputas e se consolidar no poder, pelo menos por um considerável período. No caso da Tetrarquia, percebemos, no início, a preocupação em justificar a associação de Maximiano ao poder promovida por Diocleciano em 286 d.C. e, posteriormente, a adoção dos Césares, Galério e Constâncio Cloro.

Concernente à transmissão do poder propriamente dita, é nítido nos quatro panegíricos produzidos entre os anos de 289 e 298 d.C. a utilização da *adoptio* como principal eixo argumentativo. À medida que a Tetrarquia imperial pressupunha como política sucessória o princípio da adoção dos Césares pelos Augustos, os oradores valorizavam esta premissa. Contudo, o reconhecimento da hereditariedade e dos vínculos de parentesco entre os imperadores ilustres também costumam ser utilizados nos discursos.

Ao procurar alicerçar sua argumentação, principalmente sob os fundamentos do *Dominato*, os panegiristas estabeleceram a legitimidade do soberano por meio de um vínculo com a tradição, ao mesmo tempo que constituíam uma espécie de política sucessória. Eles estavam preocupados em construir suas argumentações com base ora na valoração da adoção, ora no enaltecimento da hereditariedade ou, em alguns casos, até mesmo na utilização concomitante de ambas as formas. O que variava na composição desses argumentos eram o contexto imediato da produção dos discursos e as ações políticas do personagem homenageado.

Nos dois panegíricos que compõem em homenagem ao imperador Maximiano, Mamertino desvela a relação entre os Augustos:

Assim pois, para abreviar meu discurso, mesmo contra minha vontade, farei o que mais convém as circunstâncias: deixando de lado todo o resto, procurarei melhor demonstrar uma coisa que talvez parecerá extraordinária a muitas pessoas e que, entretanto, é mesmo verdade, e é o momento em que, pela divindade de Diocleciano, teu parente, foste chamado a restabelecer os assuntos da República, prestaste mais serviços do que estava obrigado a prestar. Pois não tem que julgar a condição do Império nem pela simples aparência, nem pelo nome.¹⁰

Faciam igitur compendio orationes meae, sed damno uoluntatis, quod huic tempori máxime congruit; omitam cetera et potissimum illud arripiam quod multis fortasse mirum uidebitur et tamen re ipsa uerissimum est: te, cum ad restituendam rem publicam a cognato tibi Diocletiani numine fueris inuocatus, plus tribuisse beneficii quam acceperis (Mamertinus, *panegyricus Maximiano Augusto dictus*, III, 1).

Pois na verdade, imperador sagrado, com toda razão poderia qualquer um declará-los, a você e a seu irmão, fundadores do Império.

Reuera enim, sacratissime imperator, mérito quiuis te tuumque fratrem Romani imperii dixerit conditores (*Pan. Lat.*, II, 10; I, 5)

Que irmãos, que gêmeos respeitam a igualdade de seus direitos sobre um patrimônio indivisível com tanta serenidade como vos fazeis com a administração do mundo romano?

Qui germani geminiue fratres indiuiso patrimonio tam aequabiliter utuntur quam uos orbe Romano? (Mamertinus, *panegyricus genethliacus Maximiano Augusto dictus*, VI, 3).

Ao referenciar, no primeiro excerto, que Diocleciano chamara Maximiano para ser seu sócio no poder, Mamertino defende que a legitimidade do novo governante é dependente do vínculo criado entre esses dois personagens a partir da associação. Tal laço, segundo o orador, seria consolidado pela concórdia, mas também pela relação de

¹⁰ A tradução para o português dos panegíricos latinos citados foi feita de forma livre pela autora, amparada pelas traduções apontadas nas referências.

parentesco que passa a existir a partir desta aliança. Nos outros dois excertos, a utilização da expressão *fratem/frates* faz referência direta a este novo vínculo familiar, ao designar os dois soberanos como irmãos e ao fazer uma analogia com os lendários fundadores do Império, Rômulo e Remo.

O discurso anônimo de 297 d.C. segue semelhante argumento. Logo nos primeiros capítulos do *Incerti panegyricus Constantio Caesari dictus*, o orador procurou afirmar a coerência em associar ao poder como filho adotivo aquele que mostrasse sua importância para o Império. No caso específico, o orador procurava valorizar as campanhas empreendidas por Constâncio Cloro – que haviam assegurado o fim das dissidências nas regiões da Gália e da Britânia, restaurando as fronteiras e assegurando a prosperidade do Império – para justificar sua adoção por Maximiano e, conseqüentemente, legitimar a nova partição do poder estabelecida em 293 d.C. (*Incerti panegyricus Constantio Caesari dictus*, III, 3). A importância desse argumento pode ser verificada mediante sua utilização na abertura deste panegírico:

[...] por mais que então, pra dizer a verdade, os primeiros serviços que teu pai e teu tio prestaram à Republica nascente foram tais que, se bem que minha palavra não poderia estar a sua altura, posso ao menos sinalizar seu valor enumerando-os.

[...] quamuis enim prima tunc in renescentem rem publicam patris ae patruui tui merita, licet dicendo aequae non possent, possent tamen uel censere numerando (*Pan. Lat.*, IV, 8; I, 3).

Valorizando os feitos empreendidos por Maximiano e Diocleciano, o orador anônimo que homenageia Constâncio Cloro define os dois soberanos supracitados como pai e tio do governante homenageado em seu discurso. Mas, mesmo que o recém-adquirido vínculo de parentesco seja usado como elemento explicativo para a transmissão e/ou partição do poder nestes discursos analisados, o uso da hereditariedade como principal argumento para a legitimação do soberano apenas passará a ser mais claramente percebido nos panegíricos produzidos a partir do ano de 307 d.C.

Tal fato pode ser creditado aos desdobramentos associados após a morte de Constâncio Cloro e à aclamação de Constantino por suas tropas, em 306 d.C. Já no primeiro discurso elaborado neste recorte (307-321 d.C.), observamos o orador estabelecer uma linhagem familiar entre o novo soberano e Maximiano, mas ainda sem deixar de utilizar a premissa da *adoptio* para justificar a existência deste parentesco:

Que coisa mais preciosa, em efeito, poderia tu dar ou receber, quando por obra de vossa aliança, a ti Maximiano, foi renovada a juventude através de seu genro, e a ti Constantino, se foi reforçado com o título de Imperador através de seu sogro? Assim pois, Príncipes eternos, os entregamos publicamente nossas mais

vivas ações de graça porque, educando os filhos, desejando uma posteridade e prolongando a linhagem de vossa casa para todos os séculos futuros, dais ao poder romano, acidentado em outro tempo entre seus governantes segundo a diversidade de seus caráter e destinos, os meios de fortalecer-se ao fim nas raízes indestrutíveis de vossa casa e de fazer seu Império imortal da mesma maneira que á de ser eterna a descendência dos imperadores. Esta é a verdadeira piedade, a verdadeira alegria de salvar o gênero humano, isto é convidar ao povo por meio do exemplo, a procurar o casamento com mais empenho e a educar os filhos para que, com a substituição de cada um de nós por um sucessor, coloquemos assim um remédio a nossa mortalidade individual, já que a descendência de todos os cidadãos assegura a imortalidade da República. Se as leis que tem castigado os solteiros com uma multa e tem honrado os pais com recompensas consideram com razão os fundamentos da República, porque tem colocado sempre a disposição dos exércitos romanos um viveiro de juventude e uma reserva de homens, que nome achar que pode qualificar dignamente o serviço que vocês prestam a República? Vocês, em efeito, perpetuam a República não com uma descendência plebeia, mas com uma descendência duplamente imperial, para que o estado das coisas que finalmente chegamos, mil anos depois da fundação de Roma, causando-nos a satisfação de não ver a direção dos assuntos que depende nossa saúde, passem de uma nova família à outra nova família, que se prolongue os tempos futuros sob os Imperadores que sejam sempre descendentes de Hércules.

Quid enim aut tu carius dare aut tu carius accipere potuisti, cum hac adfinitate uestra et tibi, Maximiane, per generum iuuenta renouata sit et tibi, Constantine, per socerum nomem imperatoris accreuerit? Maximas itaque uobis, arterni principes, publico nomine gratias agimus, quod suscipiendis liberis optandisque nepotibus seriem uestri generis prorrogando omnibus in futurum saeculis prouidetis ur Romana res olim diuersis regentium moribus fatisque iactata tandem perpetuis domus uestrae radicibus conualescat tamque sit immortale illius imperium quam sempiterna suboles imperatorum. Haec est uera pietas, haec uoluptas conseruandi generis humani, exemplum dare gentibus ad matrimonia studiosius expetenda el líberos educandos, ut substituendis successionibus singulorum nihil obsit unumquemque esse mortalem, cum immortalis sit omnium posteritate res publica. Quare, si leges eae quae multa caelibes notauerunt, parentes praemiis honorarunt, uere dicuntur esse fundamenta rei publicae, quia seminarium iuuentutis et quase fontem humani corporis semper Romanis exercitibus ministrarunt, quod huic uestro in rem publicam mérito possumus dignum nomen ascribere? Qui non plebeia gemina sed imperatoria stirpe rem publicam propagatis, ut, quod millesimo anno post urbem conditam euenisse tandem gratulabamur, ne mutatória per nousas famílias communis salutis gubernacula traderentur, id ex omnibus duret aetatibus, imperatores semper Herculli (*Pan. Lat.*, VI,7; II)

Nota-se que o orador trabalha com a perspectiva de inauguração de um ciclo de superação dos problemas seguido de uma promessa de prosperidade do império, decorrente da aliança estabelecida entre estes dois imperadores. Se Maximiano já teria sua posição consolidada enquanto soberano para o panegirista, a sua associação com Constantino trazia para este uma descendência duplamente imperial: primeiramente em relação à adoção pretérita de seu pai, Constâncio Cloro, por Maximiano em 293 d.C., o que faria de Constantino seu neto, e, em um segundo momento, fazendo alusão ao casamento de Constantino com Fausta (filha de Maximiano), que passaria a ser genro de Maximiano. Para além, o orador procurou, no mesmo excerto, estabelecer uma política sucessória

por meio da constituição de dinastias regidas pelo princípio da hereditariedade, fazendo alusão à futura substituição destes soberanos pelos seus filhos, prolongando o governo dos imperadores descendentes de Hércules.

Assim, vemos que o princípio hereditário poderia ser utilizado como argumento relevante no processo de legitimação do poder através dos discursos panegirísticos a partir do próprio princípio tetrárquico da adoção. Nos três discursos anteriormente citados (289, 291 e 297 d.C.), se os oradores estabeleceram Maximiano como irmão de Diocleciano, conseqüentemente, Constâncio Cloro passava a ser considerado filho e sobrinho, respectivamente.

Os demais discursos que se seguiram em homenagem a Constantino (proclamados nos anos de 310, 312, 313, 321 d.C.) se consolidam como legitimadores da constituição de dinastias, sendo o reforço e justificativa cada vez estabelecidos pelos vínculos familiares e hereditários. Um exemplo representativo foi apresentado pelo orador do *Incerti panegyricus Constantino Augusto dictus* (310 d.C.), que procurou estabelecer um vínculo de parentesco entre Constantino e Cláudio, o Gótico. Na base desse vínculo estavam a compreensão e a defesa segundo a qual o Império constituía uma herança familiar (*Incerti panegyricus Constantino Augusto dictus*, II, 2).

As preocupações em torno do estabelecimento de regras sucessórias, o esforço de legitimação dessas regras, bem como dos novos governantes mostram-se como uma das premissas básicas para afastar as possibilidades de usurpação do poder. Na medida em que o soberano representava a concentração de todos os poderes – que antes do Principado ficavam ao cargo das demais magistraturas – a sua ausência poderia significar a desestruturação das regras de funcionamento da própria sociedade. Assim, até a ascensão de um novo governante, o Império encontrava-se numa espécie de estado de exceção ocasionado pela ausência de um *Princeps*, de um representante deste poder.

Por isso não só nos panegíricos latinos, mas também nos demais documentos analisados, encontramos referências sobre a problemática da indicação de um sucessor e dos grupos que se encontravam nessa disputa para a nomeação do soberano subsequente. Os panegiristas, por terem por mote a legitimação do poder do imperador e a restauração da unidade do mundo romano, procuraram, na sua argumentação, reforçar todos os elementos que julgassem ter efeito positivo no processo. Assim, encontramos nos variados discursos formas particulares de argumentação sobre o reforço da adoção ou da hereditariedade como maneiras de sucessão, e até mesmo a utilização de ambos os modelos.

Referências

Documentação textual

- AMIANO MARCELINO. *Res Gestae*. Traducido por M. L. Harto Trujillo. Madrid: Ediciones Akal, 2002.
- AURELIO VÍCTOR. *Libro de los Césares*. Traducido por E. Falque. Madrid: Gredos, 2008.
- EUTROPIO. *De Caesaribus*. Translated by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University, 1994.
- EUTRÓPIO. *Breviario*. Traducido por E. Falque. Madrid: Gredos, 2008.
- EUTRÓPIO. *Breviarium Historiae Romanae*. Traduzido por M. V. Lobo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- HERRERO-LLORENTE, V. J. (Ed.). *Biografos y panegiristas latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.
- MAMERTINI. Panegyricus Genethliacus Maximiano Augusto Dictus. In: *Panegyriques latin*. Traduit par É. Galletier. Paris: Belles Lettres, 1949. t. I-III.
- NIXON, C. E. V.; ROGERS, B. S. (Org.). *Praise of Later Roman emperors: the panegyrici latini*. Berkeley: University of California Press, 1994.

Obras de apoio

- ALENCAR, R. D. As imagens de Constantino I nos documentos textuais dos séculos IV e VI: múltiplas faces do poder em Roma. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- BRAVO, G. ¿Crisis del Impero Romano? Desmontando un tópico historiográfico. *Vínculos de Historia*, n. 2, p. 13-26, 2013.
- CAMERON, A. *El Bajo Imperio romano (284-430 d. de C.)*. Madrid: Encuentro, 2001.
- CARDOSO, Z. A. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DRINKWATER, J. Maximinus to Diocletian and the 'crisis'. In: BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; CAMERON, A. (Org.). *The Cambridge Ancient History: The Crisis of Empire*, A. D. 193–337. v. VII. Cambridge: Cambridge University, 2008. p. 28-66.
- DUVERGER, M. O conceito de Império. In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. (Org.). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 19-38.
- GONÇALVES, A. T. M. Os severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano*. Vitória: Edufes, 2006a, p. 175-191.
- GONÇALVES, A. T. M. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos breviários de História Romana produzidos no IV século d.C. *História Revista*, v. 11. n. 1, p. 1-15, 2006b.

- GONÇALVES, A. T. M. *A noção de propaganda nos estudos clássicos: o caso dos Imperadores Romanos Septímio Severo e Caracala*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- HARTO TRUJILLO, M. L. Introdução. In: AMIANO MARCELINO. *Res Gestae*. Traducido por M. L. Harto Trujillo. Madrid: Ediciones Akal, 2002, p. 7-20.
- HERRERO LLORENTE, V. J. Introduccion General. In: BAREÑO, L. E. et al. (Ed.). *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969, p. 9-28.
- HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JONES, A. H. M. *The later Roman Empire 284-602: a social economic and administrative survey*. Oxford: Blackwell, 1964. v. 1.
- LEMOS, M. S.; SANTOS, J. S. O livro dos Césares e o breviário: um estudo sobre a cultura escrita e memória coletiva no Império Romano do século IV. Encontro Estadual de História, VI. *Anais...* ANPUH/BA, Ilhéus, 2013, p. 1-9.
- MENDES, N. M.; SILVA, D. P. As representações do poder imperial na tetrarquia. *Phoênix*, n. 14, p. 306-328, 2008.
- VEYNE, P. *O Império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.